



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 196/2024

PROCESSO LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

MODO DE DISPUTA: ABERTO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÓRGÃOS REQUISITANTES: CHEFIA DE GABINETE, SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES, SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES E SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, LAZER E TURISMO.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 03/12/2024 às 17h00min.

ABERTURA DA SESSÃO: 19/12/2024 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 19/12/2024 às 09h01min.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS.

1-Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Pouso Alegre, por meio da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, sediada na Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, nº 230, Bairro Mirante do Paraíso, na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37560-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO para registro de preços, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto 5.773 de 07 de dezembro de 2023 e demais legislações pertinentes estabelecidas neste Edital.

2 – O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (MG), através do endereço eletrônico www.pousoalegre.mg.gov.br e na Plataforma de Licitações Portal de Compras Públicas, através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, bem como, no site da Prefeitura Municipal <https://pousoalegre.mg.gov.br/>.

4 - A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não visualize a alteração nos Sites supracitados, conseqüentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

5 - Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como, a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos termos e horários.

6 - O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA E/OU SECRETARIA
196	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	PRÓPRIO	02.003.000.0020.0605.0006.2008.33 390300000000000000.150000000000	MATERIAL DE CONSUMO	AGRICULTURA





247	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA	PRÓPRIO	02.005.2014.0004.0 122.0016.33390390 00000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	DES. ECONÔMICO
362	FUNDEB 30	FEDERAL	02.007.2058.0012.0361.0027.3.33.90.39.0 0 – VINCULO 15400000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	EDUCAÇÃO
333	GERAL	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2053.0012.0122.0026.3.33.90.39.0 0 – VINCULO 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
418	ENSINO	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2066.0012.0365.0027.3.33.90.39.0 0 – VINCULO 15000001001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
468	1.500	PRÓPRIO	02.008.0004.0123.0028.2087.3339030000 000000000	MATERIAL DE CONSUMO	FINANÇAS
144	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	PRÓPRIO	02.001.2000.0004.0122.0001. 33390300	MATERIAL DE CONSUMO	GABINETE
830	1500000	PRÓPRIO	0214 2189 004.122.0038 33390390	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	GES. PESSOAS
825	1500000	PRÓPRIO	0214 2189 004.122.0038 33390300	MATERIAL DE CONSUMO	
215	1500000	PRÓPRIO	02.004.2011.0004.0122 .0013.3339030000	MATERIAL DE CONSUMO	LAZER E TURISMO
303	150000000 00	PRÓPRIO	02.006.000.0008.024 4.0025.2032.333903 9000000000000.150 00000000	APRIMORAMENTO ADMINISTRATIVO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	P. SOCIAIS
577	15000000000 - GERAL - Recursos não Vinculados de Impostos	PRÓPRIO	339030390000000000	Manutenção da Secretaria de Planejamento	PLANEJAMNETO
1511	150000	PRÓPRIO	02.012.000.0004.012 2.0035.2172.333903 000000000000.150 00000000	MATERIAL DE CONSUMO	ESPORTES
1534	MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	FEDERAL	02.011.000.0010.0304.0002.2697.33390.3 0.00.26000000000	MATERIAL DE CONSUMO	SAÚDE
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.33390.3 0.00.16000000000	MATERIAL DE CONSUMO	
1689	MANTER O ORGÃO GESTOR DIVERSOS SETORES DA SAÚDE – TRANSPosição/ TRANSPARENCIA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0122.002.2650.3339030 000000000000.26210000000	MATERIAL DE CONSUMO	
748	MANTER AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA FOMENTAR ARRECADAÇÃO DA TAXA VISA	PRÓPRIO	02.011.000.0010.0304.0002.2114.33390.3 0.00.15010000000	MATERIAL DE CONSUMO	
653	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.33390.3 0.00.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	
601	MANTER O ORGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE		02.011.000.0010.0122.0002.2102.333903 000000000000.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	





842	15000000000	PRÓPRIO	02.015.2193.0004.01 022.0001.3.33.90.30. 00	MATERIAL DE CONSUMO	TRANSITO
974	15000000000	PRÓPRIO	333903933000000000	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	CULTURA

3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS PÚBLICAS

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar credenciados junto ao Portal Compras Públicas, provedores do sistema eletrônico.

3.2. Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>, conforme instruções nele contidas e ainda, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023 ou pelo e-mail: licitapamg@gmail.com.

3.3. O Município de Pouso Alegre não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser este procedimento de exclusiva responsabilidade do Portal Compras Público, provedor do sistema eletrônico.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5.2. Em relação aos itens **01, 02, 03, 04, 05, 08, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119 e 120**, este pregão destina-se **exclusivamente às empresas que se enquadram na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, e, ainda, as sociedades corporativas





que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II, do caput, do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, nos termos do art. 34 da Lei 11.488/2007.

4.5.3. Por outro lado, os **itens 06, 07, 09, 12, 16, 17, 18, 23, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 42, 48, 49, 58, 72, 73, 77, 78, 88, 92, 93, 97, 99, 100, 103, 114, 115 e 117** serão **destinados à ampla competição**, nos termos do supracitado dispositivo legal.

4.6. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme atual entendimento do TCU.

5. DO CONSÓRCIO

5.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, em conformidade com o artigo 15 da Lei 14.133/2021:

5.2. Deverá haver a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.3. Deverá ser indicada qual a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

5.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

5.5. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

5.5.1. Haverá um acréscimo de 10 % sobre o valor exigido para o licitante individual, não se aplicando aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

5.6. A empresa consorciada estará impedida de participar de mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;

5.7. Os integrantes são responsáveis solidariamente pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;

5.8. Caso o licitante em consórcio seja o vencedor do certame, deverá promover, antes da celebração da ata/contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso firmado;

5.9. Poderá ser estabelecido limite máximo de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica;

5.10. Será permitida a substituição de consorciado, desde que expressamente autorizada pelo órgão contratante, estando a substituição condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme regulado pelo artigo 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.





- 6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 6.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 6.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 6.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 7.1.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.1.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7.1.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 7.1.4. Declaração de que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme dispõe o art. 116 da Lei n. 14.133/2021 e os arts. 51 e 53 do Decreto Federal nº 9.579/2018.
- 7.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;
- 7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, quando estes forem solicitados que sejam anexados antes da sessão pública.





- 7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.9. A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, descrições que identifiquem a licitante, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- 7.10. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 7.11 A proposta deverá ser apresentada de acordo com:
- 7.11.1 A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes no presente Edital;
- 7.11.2 O preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;
- 7.11.3 O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro;
- 7.12 O número do item ofertado deverá corresponder com suas respectivas quantidades;
- 7.13 Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário;
- 7.14 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital;
- 7.15 É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.
- 7.16 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.





8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**

8.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Nesta licitação para envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.20.2.2. Empresas brasileiras;

8.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.21.1. Negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.22. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA





9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro com auxílio da área técnica examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, observado o disposto no artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estabelecido, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente o catálogo e/ou amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local e prazo a ser indicado.

9.4.3.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.4.3.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.4.3.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA





10.1. A proposta reformulada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 2h00 (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final será ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.2. Caso conste na Consulta de *Situação do Fornecedor* a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.3 A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.





11.1.5.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser pré-estabelecido, sob pena de inabilitação.

11.1.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.1.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.1.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.1.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.1.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.1.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.1.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato constitutivo** e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo **Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI**.

11.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;





- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.
- f) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.
- g) **Prova da regularidade dos Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.
- h) **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- I) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do Pregoeiro para apresentação**, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- II) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

11.3.1. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 90 (noventa) dias** da data de sua expedição.

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a) **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

b) Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:

b.1) Apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 14.133/2021; ou

b.2) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando a entrega dos produtos/objetos ou a prestação de serviço objeto desta licitação ou similares.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.





12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4.2. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico em que estará sendo realizada a sessão.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.





15. DA GARANTIA

15.1. Garantia do objeto conforme Termo de Referência e/ou legislação vigente.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, Conforme art. 19, § 1º, do Decreto nº 11.462/23, desde que:

16.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

16.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5. Conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 11.462/23, o preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.6. Conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. DOS PREÇOS, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

17.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

17.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

17.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2024.

17.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





17.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

17.5. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

17.6. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

17.7. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação (quando for o caso).

17.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

17.9. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

17.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

17.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

17.12. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

17.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

17.14. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

17.15. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

17.16. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente.

17.17. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

17.18. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.





17.19. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela contratada.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do presente edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

20.1. São aplicáveis as sanções previstas no neste edital.

20.2. A rescisão contratual dar-se-á nos casos e termos previstos nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

21.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

21.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

21.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

21.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

21.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

23. DOS PRAZOS

23.1. Os prazos dar-se-ão conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.





24. DO LOCAL DE ENTREGA

24.1. O local de entrega será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

25. MODALIDADE

25.1. A modalidade será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

26. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÕES DE DADOS – LGPD

26.1. A empresa contratada deverá executar o objeto em “estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)”

27. JUSTIFICATIVA DE ORÇAMENTO SIGILOSO

27.1. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, o orçamento estipulado para o Pregão Eletrônico nº 89/2024/SRP, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, encontra-se sob sigilo, pois se busca a apresentação das propostas dos Licitantes em consonância com o preço praticado no mercado.

27.2. Um possível orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública. Também entendem dessa forma os autores Zymler e Dios, que afirmam o seguinte:

“A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada”ⁱ.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014):

“Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.”

27.3. Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para Administração. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances.

27.4. Através do orçamento sigiloso busca-se a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da aquisição/contratação, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase do processo.

27.5. Deste modo, verifica-se maior vantajosidade ao município em se manter o Orçamento Sigiloso até a fase posterior a Rodada de Lances do Pregão Eletrônico, e assim, evitar preços que exorbitem o valor obtido nos Orçamentos.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.





28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.11. Consultas ao Edital e demais informações relativas a este Pregão, poderão ser realizadas por meio dos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://pousoalegre.mg.gov.br/>, e ainda junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023.

28.12. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

28.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Pouso Alegre/MG, 02 de dezembro de 2024.

Secretário Municipal de Finanças
Silvestre Cândido de Sousa Turbino

Secretário de Gestão de Pessoas
Roberto Francisco dos Santos

Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Joel José de Faria





**Secretária Municipal de Educação
Suelene Marcondes de Souza Faria**

**Superintendente de Esportes
Rooney Ferreira e Souza**

**Secretário Municipal de Trânsito e Transportes
Márcio Eli Barbosa Júnior**

**Chefe de Gabinete Interino e Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Renato Garcia de Oliveira Dias**

**Secretário de Desenvolvimento Econômico
José Carlos Costa**

**Secretária Municipal de Políticas Sociais
Marcela Reis Severino do Nascimento**

**Secretária Municipal de Saúde
Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo**

**Superintendente de Cultura
Regina Maria Franco A. de Brito**

**Secretária de Comunicação Social, Lazer e Turismo
Jaqueline Lima da Costa**





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS.

1.1 O objeto desta licitação é o registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as necessidades das secretarias e superintendências da prefeitura municipal de Pouso Alegre/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

1.2. DAS QUANTIDADES DO OBJETO

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CÓDIGO (83544) - AUTO DE APREENSÃO SANITÁRIA BLOCO 50X02 VIA - PAPEL TIPO 75GR - TAM/FORMATO A4 - COR B/P - NUM. SIM - PICOTADO NÃO - FRENTE/VERSO NÃO - AUTOCOPIATIVO SIM.	BLOCO	12.000
2	CÓDIGO (870018821) - ADESIVO BRILHO - "INTERDITADO", - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS FORMATO A3 (3 CM X 42 CM), IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, COM ARTE, FOTOLITO E REFILE INCLUSO (BRASÃO DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE).	UNIDADE	700
3	CÓDIGO (870018822) - ADESIVO BRILHO - "OBRA EMBARGADA - FISCALIZAÇÃO DE OBRAS", FORMATO A3 (3 CM X 42 CM), IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, COM ARTE, FOTOLITO E REFILE INCLUSO (BRASÃO DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE).	UNIDADE	600
4	CÓDIGO (870018804) - FICHA CADASTRAL DE DEFICIENTE FÍSICO. MODELO ENTREGUE JUNTO COM A ORDEM DE SERVIÇO.	CENTO	210
5	CÓDIGO (870018805)- FICHA CADASTRAL DE IDOSO.MODELO ENTREGUE JUNTO COM A ORDEM DE SERVIÇO.	CENTO	10
6	CÓDIGO (870042534) -FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO - PAPEL TIPO 75 GR. TAM/FORMATO A4 - VERTICAL - 02 CORES PRETO E BRANCO .	CENTO	5
7	CÓDIGO (870042535) - REQUERIMENTO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO - PAPEL TIPO 75 GR. TAM/FORMATO A4 - VERTICAL 02 CORES PRETO E BRANCO.	CENTO	5
8	CÓDIGO (870015523) - TALONÁRIO DE MULTAS CONFECCIONADO EM 02 (DUAS) VIAS, SENDO A 1ª VIA 1/1 COR BRANCA FRENTE E VERSO, TODAS EM PAPEL COPIATIVO OU CARBONADO, FORMATO PLANO NAS DIMENSÕES DE 23 CM DE ALTURA E 10,8 DE LARGURA, COM NUMERAÇÃO DE REGISTRO DE 06 (SEIS) DÍGITOS, EM ORDEM NUMÉRICA CRESCENTE, SERRILHADO, GRAMPEADO E COLADO NO ALTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEQUENCIA NUMÉRICA SERA INFORMADA AO LICITANTE VENCEDOR. QUANTIDADE DE VIAS 30 X 2 POR TALÃO.	BLOCO	100
9	CÓDIGO (870022914) - EMBALAGEM, EM TNT, TIPO LIXOCAR, 17X26CM, COLORIDO, COM ARTE A SER ENTREGUE NA ORDEM DE SERVIÇO.	UNIDADE	10.000
10	CÓDIGO (870018824) - CRACHA EM PVC DIGITALIZADO - CRACHÁ EM PLÁSTICO PVC, COM AS DIMENSÕES DE 0,76 X 85 X 54MM, COM FOTO DIGITALIZADA, IMPRESSÃO COLORIDA, COM DADOS VARIÁVEIS DE CRACHÁ (ARTE SERÁ ENCAMINHADA JUNTO A ORDEM DE FORNECIMENTO).	UNIDADE	3.995
11	CÓDIGO (870027306) - PASTA PLÁSTICA EM L PARA PAPEL A4, PLÁSTICO PP TRANSPARENTE, SEM ARTE OU RELEVO.	UNIDADE	11.100
12	CÓDIGO (870042459) - ADESIVO BRILHO - DESIGNER GRÁFICO - PAPEL COUCHÉ 180 G - FUNDO FOSCO FORMATO REDONDO TAMANHO 5/5 CM COM ARTE PEDESTRE LEGAL, QUANTIDADE DE CORES - 4 (QUATRO)	UNIDADE	3.000
13	CÓDIGO (870042460) - ADESIVO BRILHO - DESIGNER GRÁFICO - PAPEL COUCHÉ 180 G - FUNDO FOSCO FORMATO REDONDO TAMANHO 5/5 CM COM ARTE GENTILEZA NO TRÂNSITO, QUANTIDADE DE CORES - 4 (QUATRO).	UNIDADE	3.000
14	CÓDIGO (870027275) - ETIQUETA AUTO-ADESIVA PARA FIXAÇÃO NA PARTE INTERNA DO PÁRABRISA DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - ETIQUETA AUTO-ADESIVA PARA FIXAÇÃO NA PARTE INTERNA DO PÁRA-BRISA DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM MEDIDA DE 10 X 15 CM, COM ESCRITA ESPELHADA (FRENTE E VERSO), EM CORES, CONFORME MODELOS A SEREM ENVIADOS JUNTO À ORDEM DE FORNECIMENTO. ADESIVO EM VINIL, IMPRESSÃO DIGITAL. A SUPERFÍCIE NÃO ADESIVA (VERSO) DEVERÁ SER APROPRIADA PARA PREENCHIMENTO E ASSINATURA COM CANETA ESFEROGRÁFICA.	UNIDADE	800
15	CÓDIGO (870027309) - STATOS DE AERONAVES, PAPEL A4, 1 VIA, PAPEL NA COR BRANCA, EM BLOCO, COM NUMERAÇÃO DE REGISTRO DE 04 (SEIS) DÍGITOS, EM ORDEM NUMÉRICA CRESCENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEQUENCIA NUMÉRICA SERA INFORMADA AO LICITANTE VENCEDOR. QUANTIDADE DE VIAS 100 FOLHAS POR TALÃO.	BLOCO	30
16	CÓDIGO (870015403) - ALVARÁ SANITÁRIO, IMPRESSÃO 4 X 0 CORES, FORMATO 21 X 30 CM, PAPEL VERGÊ 180 GRS. BRANCO. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.500 UNIDADES.	UNIDADE	35.000





17	CÓDIGO (870015404) - ATESTADO MÉDICO TIPO PAPEL 60 GR- TAMANHO 16 X 22- COR B/P – NUM NÃO- PICOTE NÃO- F/VERSO NÃO AUTOCOPIATIVO NÃO. IMPRESSÃO MÍNIMO 300 BLOCOS.	BLOCO (100X1 VIAS)	50.300
18	CÓDIGO (870015405) - AUTO DE INFRAÇÃO, EM FORMATO A4, 1X0 COR, NUMERADO, EM 02 VIAS AUTO COPIATIVO. IMPRESSÃO MÍNIMO 300 BLOCOS.	BLOCO	10.000
19	CÓDIGO (870018786) - CARTÃO CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO DE TUBERCULOSTÁTICOS - TAMANHO 14X19 CM - COR B/P – PAPEL 150GR.	UNIDADE	500
20	CÓDIGO (870042450) - CARTÃO VACINA ADULTO - GRAMATURA MÍNIMA 150 GR TAM / FORMATO 9 X 22 - COR B/P. FRENTE /VERSO	UNIDADE	10.000
21	CÓDIGO (870015426) - CRACHA SAÚDE EM PVC DIGITALIZADO - CRACHÁ EM PLÁSTICO PVC. COM AS DIMENSÕES DE 0,76 X 85 X 54MM, COM FOTO DIGITALIZADA PELA LICITADA , IMPRESSÃO COLORIDA, COM DADOS VARIÁVEIS, CORDA DE CRACHÁ. IMPRESSÃO MÍNIMO 20 UNIDADES.	UNIDADE	5.000
22	CÓDIGO (870042536) - PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO BLOCO 50 X 01 VIA - TAM/ FORMATO A4 - COR B/P - NUM NÃO PICOTADO NÃO - F/ VERSO SIM - AUTOCOPIATIVO NÃO. IMPRESSÃO MÍNIMO 50 BLOCOS..	BLOCO (50X1VIAS)	15.000
23	CÓDIGO (870015462)- FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL -FAA// BLOCO 100X 1 VIATIPO PAPEL 75GR- TAMANHO A4- COR B/P - NUM NÃO- PICOTE NÃO- F/VERSO SIMAUTOCOPIATIVO NÃO. IMPRESSÃO MÍNIMO 100 BLOCOS.	BLOCO (100X1 VIAS)	10.300
24	CÓDIGO (870015469)- FICHA DE MOVIMENTO DIÁRIO INDIVIDUAL (ODONTOLOGIA) BLOCO 100 X 01 VIA - PAPEL TIPO 60 GR. TAM/ FORMATO A4 - COR B/P - NUM NÃO- PICOTADO NÃO - F/ VERSO NÃO - AUTOCOPIATIVO NÃO.	BLOCO (100X1VIAS)	500
25	CÓDIGO (870015475) - FICHA DE ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTA ESPECIALIZADA TIPO PAPEL 60 GRAMAS- TAM/FORMATO A4 – COR B/P- NUM NÃO- EM DUAS VIAS - AUTOCOPIATIVO. IMPRESSÃO MÍNIMO 50 BLOCOS.	BLOCO (100X2VIAS)	100
26	CÓDIGO (870015493) - IMPRESSÃO DE FLYER PUBLICITÁRIO - SAÚDE - TAMANHO A5 FORMATO: 148 X 210MM - CORES 4 X 4 (QUATRO POR QUATRO) - PAPEL: COUCHÊ - GRAMATURA: 115GR/M² - F/VERSO SIM (MODELO) - NUMERO DE ARTES MAXIMO 12. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO	UNIDADE	74.000
27	CÓDIGO (870042451) - IMPRESSÃO DE PANFLETO PUBLICITÁRIO - SAÚDE - TAMANHO A4 FORMATO: A4 - CORES 4X4 (QUATRO POR QUATRO) - PAPEL: COUCHÊ - GRAMATURA: 115GR/M² - F/VERSO SIM (MODELO) - NUMERO DE ARTES MAXIMO 12. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO..	UNIDADE	50.000
28	CÓDIGO (870015500) - LAUDO PARA AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL BLOCO 50 X 02 VIAS - TIPO PAPEL 50 GR - TAM/ FORMATO A4 - COR B/P - NUM NÃO - PICOTADO NÃO - FRENTE E VERSO NÃO - AUTOCOPIATIVO SIM. IMPRESSÃO MÍNIMO 50 BLOCOS.	BLOCO	50.000
29	CÓDIGO (870015505) - OCLUSOR ÓPTICO – PSE OCLUSOR ÓPTICO -FORMATO 23 CM X 6 CM - PAPEL OFFSET - 240 GR - CORES 1 X 0.	UNIDADE	5.000
30	CÓDIGO (870015519) - RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, FORMATO ½ OFÍCIO, 1X0 COR, EM DUAS VIAS AUTO COPIATIVO, CONFORME PORTARIA Nº. 344/98. (MODELO SERÁ ENVIADO JUNTO A ORDEM DE FORNECIMENTO). (UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE). IMPRESSÃO MÍNIMO 200 BLOCOS.	BLOCO	20.000
31	CÓDIGO (870015513) - PANFLETO PUBLICITÁRIO TAMANHO A4 COM DOBRA FORMATO: 210 MM X 297 MM (DUZENTOS E DEZ POR DUZENTOS E NOVENTA E SETE MILÍMETROS) - TAMANHO A4 CORES: 4 X 4) COM DOBRA PAPEL: COUCHÊ GRAMATURA: 115GR/M² (CENTO E QUINZE GRAMAS). IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	48.000
32	CÓDIGO (870015521) - RECEITUÁRIO MÉDICO – TIPO PAPEL 60 GR- TAMANHO 12 X 22- COR B/P - NUM NÃO- PICOTE NÃO- F/VERSO NÃOAUTOCOPIATIVO NÃO. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 BLOCOS	BLOCO (50X1VIAS)	100.600
33	CÓDIGO (870015522) - SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS BLOCO 100 X 1 VIA- TIPO PAPEL 60GR- TAMANHO 18 X 22- COR B/P - NUM NÃO- PICOTE NÃO- F/VERSO NÃOAUTOCOPIATIVO NÃO. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 BLOCOS	BLOCO (100X1VIAS)	50.600
34	CÓDIGO (870015525) - TALONÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA "B", PARA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL CONFORME PORTARIA Nº. 344/98. PAPEL SUPER BOND AZUL, NUMERADO, COM CANHOTO PICOTADO. A SOLICITAÇÃO DA NUMERAÇÃO E MODELO DEVERÁ SER FEITA JUNTO AO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PERANTE A AUTORIDADE SANITÁRIA / FARMACÊUTICA - BIOQUÍMICA (UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE). IMPRESSÃO MÍNIMO 50 BLOCOS	BLOCO C/ 50 UNID	12.000
35	CÓDIGO (870015527) - TERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA, EM PAPEL SULFITE 75 GR, 1 X 0 COR, FORMATO ½ OFÍCIO. (MODELO SERÁ ENVIADO JUNTO COM A ORDEM DE EMPENHO). IMPRESSÃO MÍNIMO 50 BLOCOS	BLOCO C/ 50 UNID	7.300
36	CÓDIGO (870015528) - TERMO DE NOTIFICAÇÃO, EM FORMATO A4, 1 X 0 COR, NUMERADO, EM DUAS VIAS AUTO COPIATIVO. (MODELO SERÁ ENVIADO JUNTO A ORDEM DE FORNECIMENTO). IMPRESSÃO MÍNIMO 50 BLOCOS	BLOCO	23.000
37	CÓDIGO (870015530) - VISITA DOMICILIAR BLOCO 100X1 VIA - PAPEL TIPO 75G - TAMANHO A4 - COR B/P - NUM NÃO - PICOTE NÃO - F/VERSO SIM - AUTOCOPIATIVO NÃO (CONFORME MODELO). IMPRESSÃO MÍNIMO 100 BLOCOS	BLOCO (100X1VIAS)	3.000
38	CÓDIGO (870042452) - IMPRESSÃO DE PANFLETO PUBLICITÁRIO - ODONTOLOGIA - IMPRESSÃO DE PANFLETO PUBLICITÁRIO - ODONTOLOGIA - TAMANHO A4 FORMATO: A4 - CORES 4 X 4 (QUATRO POR QUATRO) - PAPEL: COUCHÊ - GRAMATURA: 115 GR/M² - F/VERSO SIM (MODELO) - NUMERO DE ARTES MAXIMO 15. COM DOBRA (CENTO E QUINZE GRAMAS).	UNIDADE	50.000
39	CÓDIGO (870018785) - PLACA DE ACRÍLICO - PLACA DE ACRÍLICO E IMPRESSÃO DIGITAL NAS MEDIDAS DE 50 X 50 CM.	UNIDADE	170





40	CÓDIGO (870027285) - PLACA DE ACM ADESIVADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE PORTAS, INCLUSIVE DUPLA FACE PARA FIXAÇÃO - 25 CM X 10 CM.	UNIDADE	5.308
41	CÓDIGO (870027286) - PLACA EM ACM COM APLICAÇÃO DE ADESIVO EM TODA A SUA FACE, INCLUSIVE ESTRUTURA METÁLICA E INSTALAÇÃO.	MT2	110
42	CÓDIGO (870027287)- TOTEM EM PVC, ADESIVADO, COM INSTALAÇÃO.	MT2	160
43	CÓDIGO (870027288) - PLACA BANDEIRA EM ACM COM APLICAÇÃO DE ADESIVO, ESTRUTURA METÁLICA, COM INSTALAÇÃO.	MT2	110
44	CÓDIGO (870015497) - IMPRESSÃO DE CARTAZ PUBLICITÁRIO - SAÚDE - TAMANHO A2 FORMATO 420X620MM - CORES 4X0 - PAPEL COUCHÊ - GRAMATURA 115GR/M² (MODELO) NUMERO DE ARTES MAXIMO 20. IMPRESSÃO MÍNIMO 100 UNIDADES.	UNIDADE	11.400
45	CÓDIGO (870027332) - CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA - CAPA COLORIDA EM PAPEL COUCHÊ BRILHO - 300 GR MIOLO COLORIDO EM PAPEL DE MÍNIMO DE 150 GR - 15X20 CM - FECHADA COM 113 PÁGINAS - ACABAMENTO LOMBADA QUADRADA.	UNIDADE	6.000
46	CÓDIGO (870027304) - ADESIVO JATEADO FOSCO PARA PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE INSTALAÇÃO.	MT2	5.267
47	CÓDIGO (870027371) - ADESIVO JATEADO PARA PORTAS E JANELAS COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO, COLORIDA OU PRETO E BRANCO, INCLUSIVE INSTALAÇÃO.	MT2	5.350
48	CÓDIGO (870027372) - ADESIVO PERFURADO PARA PORTAS E JANELAS COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO, PRETO E BRANCO OU COLORIDO, INCLUSIVE INSTALAÇÃO.	MT2	580
49	CÓDIGO (870018747) - CAPA PARA PROCESSO PAPEL A3 (DUPLA), 180 G/M², TAMANHO 322 MM X 236 MM FECHADA, 471 MM X 322 MM ABERTA, COM VINCO CENTRAL, 1 X 3 CORES, E INSCRIÇÃO "CONSELHO TUTELAR.	UNIDADE	3.500
50	CÓDIGO (870018733) - FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM BLOCO DE 50 X 03 VIAS - PAPEL TIPO 60 GR. TAM/FORMATO 200X110 - COR B/P - NUMERADO - AUTOCOPIATIVO - PICOTADO (CONFORME MODELO).	BLOCO	10
51	CÓDIGO (870015533) - LONA COM ILHOS, COM A ARTE IMPRESSA E INSTALAÇÃO.	MT2	1.560
52	CÓDIGO (870015514)- PASTA - TAMANHO: 22 X 31 CM (FECHADO) STARLUX 300 - CORES 4 X 0 - FACA BOLSA INTERNA. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES.	UNIDADE	16.200
53	CÓDIGO (870018746) - BANNER - 80X60CM EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA COM QUALIDADE FOTOGRÁFICA EM APENAS UM LADO E ACABAMENTO (BARRAS) EM MADEIRA - COLOCADOS NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR - E TAMPA DE PROTEÇÃO PLÁSTICA NAS BORDAS, CORDÕES DE NAILON EM METRAGEM COMPATÍVEL E NECESSÁRIOS A CORRETA FIXAÇÃO DO BANNER.	UNIDADE	10.400
54	CÓDIGO (870015428) - CARTAZ COUCHÊ BRILHO 180G - TAMANHO A3 - CORES 4 X 0. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	9.750
55	CÓDIGO (870015429) - CARTAZ COUCHÊ BRILHO 180G TAMANHO A4 - CORES 4 X 0. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	7.200
56	CÓDIGO (870042453) - CARTAZ PUBLICITÁRIO TAMANHO A3 FORMATO: A3 (QUATROCENTOS E VINTE POR SEISCENTOS E VINTE MILÍMETROS) - TAMANHO A3 CORES: 4 X 0 (QUATRO POR ZERO) PAPEL: COUCHÊ GRAMATURA: 115GR/M² (CENTO E QUINZE GRAMAS).	UNIDADE	7.300
57	CÓDIGO (870015440) - CRACHÁ TAMANHO ESPECIAL FORMATO: 90 MM X 140 MM, 4 X 0 CORES, PAPEL COUCHÊ 230 GR/M², ACABAMENTO ESPECIAL COM DOIS FUROS NA PARTE SUPERIOR E CORDA DE CRACHÁ.	UNIDADE	5.000
58	CÓDIGO (870015506) - PANFLETO COUCHÊ BRILHO 115G - TAMANHO A6 10.5 X 14.8 CM - CORES 4 X 4. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	37.000
59	CÓDIGO (870015537) - PLACA COM ESTRUTURA EM METALOM E LONA, COM INSTALAÇÃO.	MT2	1.655
60	CÓDIGO (870015435) - CARTILHA TAMANHO A4 COM DOBRA e 12 PÁGINAS FORMATO: 210 X 297 MM (DUZENTOS E DEZ POR DUZENTOS E NOVENTA E SETE MILÍMETROS) e TAMANHO A4 COM DOBRA E GRAMPO CENTRAL CORES: 4 X 4 (QUATRO POR QUATRO) PAPEL: COUCHÊ GRAMATURA: 115GR/M² (CENTO E QUINZE GRAMAS). IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES.	UNIDADE	34.000
61	CÓDIGO (870018793) - CRACHÁ ACS - FORMATO: 90X140MM - CORES 4X0 - PAPEL COUCHÊ - 230GR/M2 - ACABAMENTO ESPECIAL COM DOIS FUROS NA PARTE SUPERIOR E CORDA DE CRACHÁ.	UNIDADE	1.100
62	CÓDIGO (870015482) - FLYER PUBLICITÁRIO TAMANHO A5 FORMATO: 148 MM X 210 MM (CENTO E QUARENTA E OITO POR DUZENTOS E DEZ MILÍMETROS) - TAMANHO A5 CORES: 4 X 4 (QUATRO POR QUATRO) PAPEL: COUCHÊ GRAMATURA: 115GR/M² (CENTO E QUINZE GRAMAS). IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	34.000
63	CÓDIGO (870015488) - FOLDER REVISTA - TAMANHO: A4 (FECHADO) 12 PAGINAS - MIOLO COUCHÊ BRILHO 115G CORES 4 X 4 - CAPA COUCHÊ BRILHO 150G VERNIZ TOTAL - CORES 4 X 4 - ACABAMENTO EM GRAMPO. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	25.000
64	CÓDIGO (870015489) - FOLDER REVISTA - TAMANHO: A4 (FECHADO) 16 PAGINAS - MIOLO COUCHÊ BRILHO 115G CORES 4 X 4 - CAPA COUCHÊ BRILHO 150G VERNIZ TOTAL - CORES 4 X 4 - ACABAMENTO EM GRAMPO. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	31.000
65	CÓDIGO (870015438) - CONVITE - TAMANHO: 20 CM X 20CM (ABERTO) COUCHE FOSCO 250G - CORES 4 X 4 - 01 DOBRA. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	12.200





66	CÓDIGO (870015484) - FOLDER COUCHÊ BRILHO 180 G TAMANHO: 45 X 21 (ABERTO) 15 X 21 (FECHADO) - CORES 4 X 4 - 2 DOBRAS. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	23.000
67	CÓDIGO (870015485) - FOLDER COUCHÊ BRILHO 180 G -TAMANHO: A3 (ABERTO) 14 X 30 (FECHADO) - CORES 4 X 4 - 2 DOBRAS. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	22.000
68	CÓDIGO (870015486) - FOLDER COUCHÊ BRILHO 180 G TAMANHO: A4 (ABERTO) 10 X 21 (FECHADO) - CORES 4 X 4 - 2 DOBRAS. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	29.000
69	CÓDIGO (870015490) - FOLDER REVISTA - TAMANHO: A5 (FECHADO) 12 PAGINAS - MIOLO COUCHÊ BRILHO 115G CORES 4 X 4 - CAPA CROUCHÊ BRILHO 150G VERNIZ TOTAL - CORES 4 X 4 - ACABAMENTO EM GRAMPO. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	18.000
70	CÓDIGO (870015507) - PANFLETO COUCHÊ BRILHO 115G - TAMANHO A6 10.5 X 14.8 CM - CORES 4X 0. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES.	UNIDADE	25.000
71	CÓDIGO (870015508) - PANFLETO COUCHÊ BRILHO 150G - TAMANHO A5 14.8 X 21 CM - CORES 4X 0. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO	UNIDADE	39.000
72	CÓDIGO (870015510) - PANFLETO COUCHÊ BRILHO 150G - TAMANHO A5 14.8 X 21 CM - CORES 4X 4. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO	UNIDADE	29.500
73	CÓDIGO (870015512) - PANFLETO COUCHÊ BRILHO 150G - TAMANHO A6 10.5 X 14.8 CM - CORES 4X 0. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO	UNIDADE	24.000
74	CÓDIGO (870015511) - PANFLETO COUCHÊ BRILHO 150G - TAMANHO A6 10.5 X 14.8 CM - CORES 4X 4. IMPRESSÃO MÍNIMO 2.000 UNIDADES POR MODELO	UNIDADE	29.500
75	CÓDIGO (870018775) - PLACA PARA HOMENAGEM – EM AÇO INOX GRAVADO NO SISTEMA DE FOTOCORROSÃO - NAS MEDIDAS DE 23CM X15CM - AFIXADO EM ESTOJO DE VELUDO LUXO.	UNIDADE	375
76	CÓDIGO (870015538) - PLACAS DE PVC, 4 CORES, FORMATO 60 X 80 CM, COM INSTALAÇÃO.	UNIDADE	340
77	CÓDIGO (870022902) - PLACA DE ACM - PLACA DE ACM NAS MEDIDAS 110 X 80 CM.	UNIDADE	630
78	CÓDIGO (870022903) - PLACA DE ACM 120X90 CM - PLACA DE ACM NAS MEDIDAS 120 X 90 CM	UNIDADE	130
79	CÓDIGO (870022904) - PLACA DE ACM 30 X 20 CM - PLACA DE ACM NAS MEDIDAS 30 X 20 CM	UNIDADE	660
80	CÓDIGO (870022905) - PLACA DE ACM - 20 X 15 CM - PLACA DE ACM NAS MEDIDAS 20 X 15 CM	UNIDADE	180
81	CÓDIGO (870022906) - ADESIVO COLORIDO REFLETIVO 12 X 11 CM - ADESIVO COLORIDO REFLETIVO NAS MEDIDAS DE 12 X 11 CM	UNIDADE	750
82	CÓDIGO (870022907) - ADESIVO COLORIDO REFLETIVO - 17 X 19 CM - ADESIVO COLORIDO REFLETIVO NAS MEDIDAS DE 17 X 19 CM.	UNIDADE	700
83	CÓDIGO (870022908) - ADESIVO COLORIDO REFLETIVO 23 X 18 CM - ADESIVO COLORIDO REFLETIVO NAS MEDIDAS DE 23 X 18 CM	UNIDADE	950
84	CÓDIGO (870022909) - ADESIVO COLORIDO - 33 X 23 CM - ADESIVO COLORIDO NAS MEDIDAS DE 33 X 23 CM.	UNIDADE	855
85	CÓDIGO (870022910) - ADESIVO COLORIDO - 123 X 93 CM - ADESIVO COLORIDO NAS MEDIDAS DE 123 X 93 CM.	UNIDADE	670
86	CÓDIGO (870022911) - ADESIVO COLORIDO - 113 X 83 CM - ADESIVO COLORIDO NAS MEDIDAS DE 113 X 83 CM.	UNIDADE	260
87	CÓDIGO (870015433) - CARTAZ PUBLICITÁRIO TAMANHO A2 FORMATO: 420 X 620 MM (QUATROCENTOS E VINTE POR SEISCENTOS E VINTE MILÍMETROS) ζ TAMANHO A2 CORES: 4 X 0 (QUATRO POR ZERO) PAPEL: COUCHÊ GRAMATURA: 115 GR/M² (CENTO E QUINZE GRAMAS). IMPRESSÃO MÍNIMO 200 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	3.620
88	CÓDIGO (870022912) - ADESIVO DE VINIL, IMPRESSÃO DIGITAL, APLICAÇÃO INTERNA E ESCRITA NA PARTE DE TRÁS, MEDINDO 10X15.- MODELO ENVIADO JUNTO À ORDEM DE FORNECIMENTO.	UNIDADE	100
89	CÓDIGO (870018745) - PLACA EM AÇO INOX 430 E ESPESSURAS 1.00MM NAS MEDIDAS 60X40CM - GRAVADA EM BAIXO RELEVO NO SISTEMA DE FOTOCORROSÃO COM VERNIZ METÁLICO B1 - COMPONENTE PARA PROTEÇÃO E 4 PARAFUSOS/BUCHAS/CABEÇA PARA ACABAMENTO.	UNIDADE	2.327
90	CÓDIGO (870018732) - ENVELOPE PARA CORRESPONDÊNCIA NA COR BRANCA, TIMBRADO LOGO DA PREFEITURA. TAMANHO A3 370X470MM - GRAMATURA 110G.	UNIDADE	12.500
91	CÓDIGO (870042454) - CARTILHA - TAMANHO A4 COM DOBRA - 8 PÁGINAS FORMATO: 210 MM X 297 MM - TAMANHO A4 COM DOBRA E GRAMPO - CENTRAL DE CORES: 4X4 - PAPEL COUCHE - GRAMATURA 115 GR/M2.).	UNIDADE	25.100
92	CÓDIGO (870027389) - FICHA INDIVIDUAL PARA REGISTRO DE SERVIDORES - FICHA INDIVIDUAL, PARA REGISTRO DE SERVIDORES, PAPEL TRIPLEX 270 GR, 1 X 1 BRANCA, FORMATO ABERTO 46,5 CM X 31,5 CM COM VINCO NUMERADAS.	UNIDADE	1.500
93	CÓDIGO (870018790) - BANNER - CONFECCIONADO EM LONA NAS MEDIDAS DE 1,20M X 0,90M - CORES 4X0 - IMPRESSÃO DIGITAL – COM MOLDURA EM PERFIL C (MADEIRA INTERNA, CORDONE E PONTEIRAS DE PLÁSTICO); CORDONE 95 CM DE ALTURA DE 12CM A 15 CM). MODELO SERÁ ENVIADO JUNTO COM A ORDEM DE EMPENHO). NÚMERO DE ARTES: MÁXIMO 20.	UNIDADE	2.345
94	CÓDIGO (870015431) - CARTAZ PUBLICITÁRIO TAMANHO 31 X 44, PAPEL COUCHÊ 120 GR. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 UNIDADES POR MODELO.cer	UNIDADE	9.800





95	CÓDIGO (870015436) - CERTIFICADO - TAMANHO: A4 - COUCHÊ BRILHO 240G - CORES 4 X 0. IMPRESSÃO MÍNIMO 100 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	5.400
96	CÓDIGO (870015437) - CONVITE - TAMANHO: 20 CM X 20 CM (ABERTO) COUCHE BRILHO 250G - CORES 4 X 4 - 01 DOBRA. IMPRESSÃO MÍNIMO 200 POR MODELO.	UNIDADE	8.100
97	CÓDIGO (870015491) - FOLDER REVISTA - TAMANHO: A5 (FECHADO) 16 PAGINAS - MIOLO COUCHÊ BRILHO 115 G CORES 4 X 4 - CAPA CROUCHÊ BRILHO 150G VERNIZ TOTAL - CORES 4 X 4 - ACABAMENTO EM GRAMPO. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	23.000
98	CÓDIGO (84387) - PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO. (PASTA VERDE) FORMATO 25X33 CM (FECHADA), 1X0 COR, PAPEL CARTOLINA VERDE 180 GR, CONFORME MODELO ANEXO. IMPRESSÃO MÍNIMO 1.000 UNIDADES.	UNIDADE	8.000
99	CÓDIGO (870015418) - CAPA PARA PROCESSO EM CARTOLINA NA COR BRANCA, GRAMATURA 180 G, TAMANHO 322 MMX 236 MM FECHADA, 471 MM X 322 MM ABERTA, COM IMPRESSÃO EM PRETO DO BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE E A INSCRIÇÃO "PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE" E "ESTADO DE MINAS GERAIS" E "SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE", CONFORME MODELO.	UNIDADE	2.750
100	CÓDIGO (870015448) - ENVELOPE TIMBRADO: TAMANHO A4 (240 MM X 340 MM); GRAMATURA: 90 GRAMAS; COR BRANCO. IMPRESSÃO MÍNIMO 500 UNIDADES.	UNIDADE	16.350
101	CÓDIGO (870015532) - BANNER EM LONA, 4 CORES, COM ACABAMENTO: BASTÃO E CORDA.	MT2	2.380
102	CÓDIGO (870015419) - CARTÃO DE VISITAS FORMATO: 90 MM X 50 MM, 4 X 4 CORES, PAPEL COUCHÊ 230 GR/M². IMPRESSÃO MÍNIMO 200 UNIDADES POR MODELO.	UNIDADE	3.300
103	CÓDIGO (870042455) - PASTA DE PROCESSO TIMBRADA BRANCA CONSTANDO BRASÃO E TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE FORMATO 330 X 500 MM ABERTO E 330 X 250 MM DOBRADO, PAPEL TRIPLEX 250G, IMPRESSÃO MÍNIMA 1.000 UNIDADES..	UNIDADE	12.700
104	CÓDIGO (870022944) - ENVELOPE OFÍCIO (MEDIDAS APROXIMADAS 22,5 CM X 11,5 CM).	UNIDADE	10.800
105	CÓDIGO (870039169) SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO EM CAPA DURA REFERENTE A LIVROS DE PORTARIAS CORES DAS CAPAS AZUL OU VINHO, TAMANHO A4, COM TITULO NA CAPA E NA LOMBADA COR DOURADO.	UNIDADE	2.000
106	CÓDIGO (870039157) - ADESIVO BRILHO- " ATENDIMENTO PREFERENCIAL PRIORITARIO PARA" - 1MM, COM BLOQUEADOR DE LUZ, MEDINDO 30cmX21cm, COM FUNDO AZUL E ESCRITO EM BRANCO. PICTOGRAMAS: COR BRANCA COM FUNDO AZUL. FITA QUEBRACABEÇA (AUTISTA): COR VERMELHO, AZUL ESCURO, AZUL CLARO E AMARELO. TEXTO: PREFERENCIAL PRIORITARIO PARA: IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS, GESTANTES, COM DEFICIENCIA, COM CRIANÇAS DE COLO, OBESAS E AUTISTAS.	UNIDADE	100
107	CÓDIGO (870039158) -PLACA EM PVC ADESIVA, COM ARTE IMPRESSORA COLORIDA, NAS MEDIDAS DE 60X40 CM (2mm)	UNIDADE	5.000
108	CÓDIGO (870039159) - PLACA IDENTIFICAÇÃO DE PORTAS, EM ACRILICO, COM ARTE IMPRESSA, NAS MEDIDAS DE 15X30CM	UNIDADE	500
109	CODIGO (870039146) - LIVRO DE REGISTRO ESPECIFICO (PSICOTROPICOS)- LIVRO COM 100 FOLHAS, COM 2 UNIDADES; FORMATO HORIZONTAL 30,5 X 21,6 CM; PAGINAS NUMERADAS TIPO GRAFICAMENTE; TIPO DE NUMERAÇÃO: FRENTE; PAPEL BRANCO 63 G; IMPRESSAO: OFFSET; CAPA CARTONADA; TERMO DE ABERTURA E ENCRRRAMENTO.	UNIDADE	30
110	CODIGO (870042457) CARTELA DE PAPEL ADESIVO REDONDO 6X6, COLORIDO, PERSONALIZADO, PRÉ CORTADO EM FOLHAS DE TAMANHO A4, SENDO 12 ADESIVOS POR CARTELA.	UNIDADE	4.000
111	CÓDIGO (870039144) TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PRESCRITOR PARA USO DO MEDICAMENTO CONTENDO A SUBSTÂNCIA SIBUTRAMINA, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE – MG, EM FORMATO A4, 1X0 COR, EM 03 (TRÊS) VIAS (1ª VIA - PACIENTE, 2ª VIA - MÉDICO E 3ª VIA – FARMÁCIA OU DROGARIA, AUTO COPIATIVO DE BOA QUALIDADE, SENDO A 1ª VIA E 3ª VIA SERRILHADAS. MODELO A SER FORNECIDO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONFORME RDC 52 DE OUTUBRO/2011.	BLOCO C/50 UND	500
112	CODIGO (870039148) FICHA DE RELAÇÃO DE IMOVEIS A RESGATAR, BLOCO 100 FOLHAS, PAPEL TIPO 75GR. TAMANHO FORMATO A4, COR B/P-SEM NUMERAÇÃO, PICOTADO NÃO, FRENTE/VERSO SIM, AUTOCOPIATIVO NÃO (MODELO A SER ENVIADO)	BLOCOS	300
113	CODIGO (870039151) FICHA DE VISITA DOMICILIAR, BLOCO 50 FOLHAS, PAPEL TIPO 75GR. TAMANHO FORMATO 9X15, COR B/P- SEM NUMERAÇÃO, PICOTADO NÃO, FRENTE VERSO NÃO, AUTOCOPIATIVO NÃO.	BLOCOS	1.500
114	CODIGO (870039152) FICHA DE RESUMO SEMANAL DE SERVIÇO ANTI VETORIAL, BLOCO 100 FOLHAS VIA, PAPEL TIO 75 GR. TAMANHO FORMATO A4, COR B/P- SEM NUMERAÇÃO, FRENTE /VERSO SIM, AUTOCOPIATIVO NÃO (CONFORME MODELO)	BLOCOS	500
115	CODIGO (870039153) FICHA DE REGISTRO DE SERVIÇO ANTI VETORIAL, BLOCO 100 FOLHAS, PAPEL TIPO 75GR. TAMANHO FORMATO A4, COR B/P - SEM NUMERAÇÃO, PICOTADO NÃO, FRENTE /VERSO SIM, AUTOCOPIATIVO NÃO (CONFORME MODELO)	BLOCOS	800
116	CODIGO (870039154) CARTAO MEDICAMENTO, COR BRANCA- GRAMATURA 180GR- TAMANHO/FORMATO: 22X14- COR DA ESCRITA PRETA - NUMERADO: NÃO - FRENTE E VERSO: SIM	UNIDADE	20.000





117	CODIGO (870039155) CARTAO MEDICAMENTO, COR VERDE- GRAMATURA 180GR- TAMANHO/FORMATO: 22X14- COR DA ESCRITA PRETA - NUMERADO: NÃO - FRENTE E VERSO: SIM	UNIDADE	10.000
118	CODIGO (870039156) CARTAO MEDICAMENTO, COR AMARELA- GRAMATURA 180GR- TAMANHO/FORMATO: 22X14- COR DA ESCRITA PRETA - NUMERADO: NÃO - FRENTE E VERSO: SIM	UNIDADE	10.000
119	CÓDIGO (870040840) CORDÃO DIGITAL PERSONALIZADO, CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO E PROTETOR DE CARTÃO. CORDÃO PARA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER ANTIALÉRGICO COM PERSONALIZAÇÃO DE AMBOS OS LADOS, INCLUÍDO PRENDEDOR METÁLICO INDICAÇÃO AUTISMO COMPRIMENTO 80 CM X 2 CM LARGURA.	UNIDADE	5.000
120	CÓDIGO (870040841) CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA 400 CM X 70 CM COM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, O ACABAMENTO EM BAINHAS E BARRAS LATERAIS DE MADEIRA CILÍNDRICA E PONTEIRAS PLÁSTICAS E 02 ILHOES NA PARTE SUPERIOR E 02 ILHOES NA PARTE INFERIOR DA FAIXA PARA MELHOR FIXAÇÃO.	UNIDADE	5.000

2. DOS PRAZOS:

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o art. 84 caput da Lei 14.133/21 e art. 22 do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.2. Eventual contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

2.3. O objeto deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias CORRIDOS a partir do recebimento da ordem de fornecimento expedida pela Superintendência Municipal de Recursos Materiais.

2.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR não aceitará ou receberá qualquer material com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao fornecedor efetuar as correções necessárias em prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação à detentora, sob pena de aplicação das sanções elencadas neste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço gráfico, e impressão de material gráfico para atender a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Desse modo, é imprescindível, no âmbito dos serviços gráficos, a descrição mais completa possível dos materiais utilizados durante a confecção, a qualidade da impressão, observância do prazo para entrega, pontualidade e consequente aceitação do objeto, além de comunicação transparente entre o fornecedor e demandantes, realizando com a maior clareza possível para manter o correto andamento do serviço.

A fim de garantir a qualidade da contratação, o fornecedor deverá prezar pela qualidade do acondicionamento e transporte dos materiais (embalagem e armazenamento), evitando danos aos produtos da confecção até a entrega final do serviço, contando com a agilidade, qualidade na impressão dos materiais, pontualidade na entrega e acondicionamento adequado. Desse modo a licitação será sistêmica, de modo a atender a todas as Secretarias e Superintendências Municipais de Pouso Alegre. Depois de finalizado o processo licitatório, cada Secretaria e Superintendência participante farão as solicitações de serviço de forma parcelada, conforme suas demandas.

Buscando-se, assim, uma maior efetividade na prestação dos serviços, bem como, maior transparência frente aos usuários e órgãos fiscalizadores, desta forma, a identificação de quem produziu os atos é indispensável e trarão maior segurança aos envolvidos.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A execução do objeto seguirá o disposto no Termo de Referência.

4.3. A Administração emitirá Ordem de serviço contendo quantidade, características e local de entrega do objeto solicitado, e a empresa terá um prazo de 15(QUINZE) dias corridos, contados da emissão da solicitação, para efetuar a entrega.





4.4. Caso a entrega não seja possível nos prazos estabelecidos, a detentora deverá, no prazo máximo de 24 HORAS que antecedem a data da entrega, informar os motivos e comprovações.

4.5. Quando o item apresentar falhas, a empresa terá o prazo de 05 (CINCO) dias ÚTEIS, contados da data da notificação, para a substituição do produto.

4.6. A empresa interessada deverá atender a todos os normativos legais vinculados aos serviços e também declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.7. A empresa não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

4.8. A empresa deverá encarregar-se da entrega do produto adquirido, arcando com qualquer custo advindo do transporte, carga, descarga, bem como qualquer serviço relativo ao procedimento de entrega, bem como, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.9. Os itens deverão estar com as especificações técnicas em conformidade com o que foi solicitado.

5. DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão prestados conforme demanda, e serão determinados pelas Secretarias e Superintendência requisitantes, conforme descrição constante a cada emissão da Ordem de Serviço.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

6.1. As DETENTORAS das Atas de Registro de Preço a serem firmadas se obrigam ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência;

6.2. O prazo fixado para entrega dos materiais adquiridos constante no item 2.1 deste Termo de Referência terá início de contagem mediante envio da ordem de compra devidamente empenhada, na qual poderá ser prorrogado estabelecendo-se que:

6.3. Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos materiais, a detentora deverá apresentar ao setor responsável, em até 02 (dois) dias antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento.

6.4 O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico departamento.comprasmpa@gmail.com, ficando a critério do funcionário designado para fiscalizar a ATA acolher ou não o requerimento do fornecedor.

6.5 Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os bens requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a cargo desta municipalidade aplicar às penalidades previstas neste Termo de Referência e seus respectivos anexos.

6.6 Os materiais serão recebidos da seguinte forma:

6.7 **PROVISORIAMENTE:** assim que forem entregues, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

6.8 **DEFINITIVAMENTE:** após verificação da conformidade dos materiais com as referidas especificações, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do termo de liquidação da nota fiscal, caso não haja ressalvas.

6.9 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais fornecidos foram entregues em desacordo com a correspondente proposta de preços, fora das especificações fixadas ou incompletas, depois de a DETENTORA ter sido regularmente notificada, esta terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para entregá-los, dentro das referidas especificações ou completos, sem ônus adicionais para o ORGÃO GERENCIADOR.

6.10 O recebimento definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da DETENTORA quanto aos vícios ocultos, ou seja, aqueles só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.





6.11. A aceitação do material é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO, que será realizada pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio da aposição de sua assinatura e data no carimbo de “Atesto” na Nota Fiscal/Fatura.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. As despesas correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA E/ OU SECRETARIA
196	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	PRÓPRIO	02.003.000.0020.0605.0006.2008.33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO	AGRICULTURA
247	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA	PRÓPRIO	02.005.2014.0004.0122.0016.33390390000000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	DES. ECONÔMICO
362	FUNDEB 30	FEDERAL	02.007.2058.0012.0361.0027.3.33.90.39.00 – VINCULO 15400000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	EDUCAÇÃO
333	GERAL	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2053.0012.0122.0026.3.33.90.39.00 – VINCULO 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
418	ENSINO	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2066.0012.0365.0027.3.33.90.39.00 – VINCULO 15000001001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
468	1.500	PRÓPRIO	02.008.0004.0123.0028.2087.33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO	FINANÇAS
144	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	PRÓPRIO	02.001.2000.0004.0122.0001.33390300	MATERIAL DE CONSUMO	GABINETE
830	1500000	PRÓPRIO	0214 2189 004.122.0038 33390390	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	GES. PESSOAS
825	1500000	PRÓPRIO	0214 2189 004.122.0038 33390300	MATERIAL DE CONSUMO	
215	1500000	PRÓPRIO	02.004.2011.0004.0122.0013.3339030000	MATERIAL DE CONSUMO	LAZER E TURISMO
303	1500000000	PRÓPRIO	02.006.000.0008.0244.0025.2032.33390390000000000000.1500000000	APRIMORAMENTO ADMINISTRATIVO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	P. SOCIAIS
577	15000000000 - GERAL - Recursos não Vinculados de Impostos	PRÓPRIO	33903039000000000000	Manutenção da Secretaria de Planejamento	PLANEJAMENTO
1511	150000	PRÓPRIO	02.012.000.0004.0122.0035.2172.33390300000000000000.1500000000	MATERIAL DE CONSUMO	ESPORTES
1534	MANter AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	FEDERAL	02.011.000.0010.0304.0002.2697.33390.30.00.260000000000	MATERIAL DE CONSUMO	SAÚDE
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.33390.30.00.160000000000	MATERIAL DE CONSUMO	
1689	MANter O ORGÃO GESTOR DIVERSOS SETORES DA SAÚDE – TRANSPosição/ TRANSPARENCIA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0122.002.2650.333903000000000000.262100000000	MATERIAL DE CONSUMO	





748	MANTER AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA FOMENTAR ARRECADAÇÃO DA TAXA VISA	PRÓPRIO	02.011.000.0010.0304.0002.2114.33390.3 0.00.150100000000	MATERIAL DE CONSUMO	
653	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.33390.3 0.00.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	
601	MANTER O ORGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE		02.011.000.0010.0122.0002.2102.333903 0000000000000.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	
842	15000000000	PRÓPRIO	02.015.2193.0004.01 022.0001.3.33.90.30. 00	MATERIAL DE CONSUMO	TRANSITO
974	15000000000	PRÓPRIO	3339039330000000000	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	CULTURA

8. DA JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a necessidade de confecção de material gráfico para divulgação dos eventos a serem realizados pelas diversas Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, e para atendimento das demandas dos setores com relação a formulários e impressos obrigatórios para o atendimento do público, faz-se necessária a contratação deste serviço, uma vez que, o município não possui os equipamentos necessários e adequados para tais procedimentos.

A contratação de serviços gráficos se justifica visando atender aos objetivos e demandas que, além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

Observamos ainda que esta contratação está balizada pelos parâmetros da legalidade respeitando as normas e princípios da contratação pelo poder público, primando sobre tudo atender ao Princípio da Supremacia do Interesse Público que é um dever da Administração Pública, e não uma faculdade, conforme o disposto no caput do artigo 2º da lei 9.784/1999:

A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. (grifos nossos).

Corroborando ainda com a importância do atendimento ao interesse público por parte da Administração, vejamos a afirmação de Maria Sylvia Zanella de Pietro (2018, p.137) em seu livro Direito Administrativo:

Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever; são poderes que ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão.

Destarte temos que a presente contratação atende aos preceitos constitucionais e legais, para melhor atender aos interesses da coletividade para realizar prestações de serviços de forma eficiente.

Por conseguinte, tendo em vista a necessidade de confecção de material gráfico para divulgação dos eventos a serem realizados pelas diversas Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal, e para atendimento das demandas dos setores com relação a formulários e impressos obrigatórios para o atendimento do público, faz-se necessária a contratação deste serviço, uma vez que, o município não possui os equipamentos necessários e adequados para tais procedimentos.

A contratação de empresa para realizar serviços gráficos a este município irá possibilitar que este, o Órgão Gerenciador, viabilize a prestação serviços públicos com maior eficiência e celeridade, bem como possibilitará que a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre realize políticas publicas para disseminar informações sobre campanhas ou outro serviço necessários aos municípios.

A contratação de serviços gráficos se justifica visando atender aos objetivos e demandas do Município, que, além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados pela Prefeitura





Municipal de Pouso Alegre. Conforme demonstra o **anexo 1**, onde cada secretária e superintendência respectiva justifica a necessidade do quantitativo a requisitar.

9. DA MODALIDADE:

Nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Ainda no inciso XLI do mesmo dispositivo legal estabelece que: XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, Lei nº 14.133 de 2021, Instrução Normativa Seges/Me Nº 65, De 7 De Julho De 2021 , da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O sistema de registro de preços está explicitado no art. 82 da Lei n. 14.133/2021. Da análise dos decretos regulamentadores do registro de preços (a exemplo, o Decreto Federal nº. 11.462/2023 e Municipal nº 5.773/2023), bem como das doutrinas mais abalizadas acerca do tema, depreende-se do art. 3º do decreto Municipal que o sistema de registro de preços é cabível nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Registro de Preços poderá ser adotado nos seguintes casos:

I- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A realização deste procedimento licitatório na forma registro de preços com o objetivo de formalizar Ata de Registro de Preços, para que não seja necessário realizar-se outro processo licitatório para contratação deste material e/ou serviço.

Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, e tendo em vista não ser possível especificar a quantidade exata a ser contratada, justifica-se a adoção do RP, baseado no art. 3º, inciso IV, do Decreto Municipal 5773/2024.

Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de materiais e/ou serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir à necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens.

A aquisição em tela se enquadra nos incisos I, II e IV do art. 3º do Decreto Municipal nº 5.773/2023, uma vez que temos que realizar o procedimento licitatório de forma frequente para atender as demandas das secretarias acerca da aquisição dos móveis. Ainda, evidencio que a entrega do material decorre de forma parcelada conforme a demanda.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, que são elas: necessidade de contratações frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O regulamento determina que as licitações para registro de preços possam ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme dispõe o Decreto nº 11.462/2023 e o art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

O procedimento de Sistema de Registro de Preço, segundo Marçal Justen Filho¹, “*apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública*”.





Da leitura das hipóteses citadas, justifica-se a adoção da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Súmula 247 do TCU.

11. DO VALOR ESTIMADO:

Inobstante o previsto no art. 6º, XXIII, i, da Lei nº 14.1333/2021, as estimativas do valor da contratação serão tratadas diretamente no instrumento convocatório, uma vez que o Termo de Referência é documento preexistente à elaboração da pesquisa de preços (cf. Decreto Municipal nº 5798/2024).

12. DA GARANTIA:

12.1 A DETENTORA deverá fornecer garantia dos produtos conforme legislação própria e, na ausência desta, aplicar-se-á a prevista no Código de Defesa do Consumidor e Código de Processo Civil.

13. DA GESTÃO DA ATA:

13.1. A Fiscalização quanto a execução da ATA será efetuada por servidores do município, que deverão dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários. Serão os fiscais do contrato firmado(s), de acordo com o art. 117 da Lei 14.133/2021, os servidores a seguir indicados:

13.2 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- I. - Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Paulo Edson Pereira, matrícula nº 20.125
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Ana Beatriz Vilela, matrícula nº 22.711-02;
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Alexandre Silva Mendes, matrícula nº 6131;
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Fernando César Pereira de Souza, matrícula 12817;
- III. Gestor do Contrato Titular** – Henrique Aparecido de Oliveira Joia, matrícula nº 6119;
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Joyce Jardim Farias Silva, matrícula nº 23198;

13.3- Chefia de Gabinete:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Altieres de Abreu – Mat: 22663
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Cristiane Alves de Almeida – Mat: 23282
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Leda Maria Pereira Miguel – Mat: 23385
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Arielen Scodeler – Mat: 23471
- III. Gestor do Contrato Titular** – Renato Garcia Oliveira Dias – Mat: 22655

13.4 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Taciana Teixeira Vitale – matrícula nº 22753-02;
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Juliano Vicente – matrícula nº 12819-01
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Suellen do Couto Machado – matrícula nº 17421-02;
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Cleber dos Santos Sousa – matrícula nº 23293-01;
- III. Gestor do Contrato Titular** – Camila Carvalho Mendonça – matrícula nº 23073-02;
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Gilmar Villar Soares – matrícula nº 17841-01.

13.5. Secretaria Municipal de Educação:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Alexandre Fagundes Pereira – 22.169-02
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** –
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Francislaine Fernanda Alves de Araújo – Mat: 23.380-01
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Larissa Ferreira Silva – Mat: 23.489-01
- III. Gestor do Contrato Titular** – Suelene Marcondes de Souza Faria – Mat: 14.257-02
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Evandro Carvalho Lopes – Mat: 21151-5

13.6. Secretaria Municipal de Finanças:





- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Dalmo Aparecido da Fraga - matrícula nº 8606
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Luiz Guilherme de Lima – matrícula nº 14.309
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Eduardo Pereira de Souza – matrícula nº 23410-01
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Giovana Paola de Faria – matrícula nº 23.266-2
- III. Gestor do Contrato Titular** – Renata Fabiana Barbosa - matrícula nº 8620
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Manoella Kahena Custódio – matrícula nº 230

13.7. Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Amaury Borges Fernandes, matrícula 14948-2
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Rebeka Barbosa Ribeiro, Matrícula 22636-1
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Helen Patrícia Cristel Silva, Matrícula 13447-01.
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Camila Gomes de Freitas, Matrícula 15802-1
- III. Gestor do Contrato Titular** – Andressa Tenório Pinheiro, matrícula 12766-01.
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Nadine Silva Abs, matrícula 23291-01.

13.8. Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Aliander Silva Costa – Mat: 19129
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Vivian Carvalho Siqueira Barbosa – Mat: 169055
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Michel Julião Pinheiro De Paes – Mat:20330
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Angelo Wagner Ramos – Mat: 13945
- III. Gestor do Contrato Titular** – Renato Garcia De Oliveira Dias – Mat: 22655
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Thais Oliveira Ribeiro – Mat:23272

13.9. Secretaria Municipal de Políticas Sociais:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** -- Laerte Henrique Piza – Mat. 17.779
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Marina Ramalho Cobra Borges – Mat. 20.320
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Claudia Mendes da Silva – Mat. 6.336
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Patrícia Pereira Rosa – Mat. 21.257
- III. Gestor do Contrato Titular** – Wander Tadeu Rosa – Mat. 12.945-1
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Ronan Mendes Rocha – Mat. 22.925

13.10. Secretaria Municipal de Saúde:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Waldir Ananias da Silva – Mat: 9812
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Leandro Gonçalves, matrícula 196516
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Sidney Anderi Teixeira, matrícula 23075-2
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Amanda de Souza Alves Rocha – MAT: 13806
- III. Gestor do Contrato Titular** – Delma Borges da Silva Santos – MAT: 23487
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Elaine Aparecida Paiva – MAT: 17126

13.11. Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Amarildo Batista Fernandes – Matrícula 20972-2
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Mônica Renata de Azevedo Pereira – Matrícula 8595-2
- III. Gestor do Contrato Titular** – Joyce Fernanda Alves Pinto – Matrícula 23604-1
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Monique Soares Batista – Matrícula 21155-1

13.12 Secretaria Municipal de Comunicação Social, Lazer e Turismo:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Stephanie Maria Leite Bernardes - Matrícula 23249-01
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Bruna Shayane Iwata Pereira Bonafé – Matrícula 23367-01
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Stephanie de Paula Laurindo Barroso – Matrícula 22811-01
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Milaine Ferreira de Sousa – Matrícula 23552-1
- III. Gestor do Contrato Titular** – Jaqueline Lima da Costa – Matrícula 19608-04
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Dejeane Mendes Faria de Toledo Santos – Matrícula 17303-04

13.13. Superintendência de Cultura:





- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Zuleima Kallás Andare Basic – Matrícula 19.600
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Elaine Luísa de Faria – Matrícula 21.941
- III. Gestor do Contrato Titular** – José Ronildo Lopes Soares – Matrícula 19.601

13.14 Superintendência Municipal de Esportes:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Patrícia Marques de Carvalho – Mat - 23377
- I.I. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Fabricio Lourenço Dantas Terra - Mat – 22.630
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Fernanda Ayume Iwata Pereira – Mat -23605
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Antonio Carlos Moraes – Mat - 12.720
- III. Gestor do Contrato Titular** – Luiz Henrique Andrade Duarte - Mat- 21988
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Maurício Boschi – Mat – 19688

13.15. A ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

13.16. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

13.17. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.18. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.19. Após a assinatura da ATA ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.20. A execução da ATA deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do CONTRATO, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.21. Fiscalização Técnica

13.21.1. O fiscal técnico *do CONTRATO* acompanhará a entrega dos materiais, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

13.21.2. O fiscal técnico *do CONTRATO* anotar no histórico de gerenciamento do contratual todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

13.21.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução da ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

13.21.4. O fiscal técnico do CONTRATO informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

13.21.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico da ata comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

13.21.6. O fiscal técnico *do CONTRATO* comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

13.22. Fiscalização Administrativa





13.22.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.22.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

13.23. Gestor do contrato

13.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do instrumento contratual para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

13.23.1. O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

13.23.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

13.23.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.23.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.23.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

13.23.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR:

14.1. Notificar a DETENTORA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

14.2. Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

14.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos funcionários da DETENTORA, em relação aos produtos, objeto deste Termo;

14.4. Efetuar os pagamentos devidos à DETENTORA nas condições estabelecidas;

14.5. Fiscalizar a execução da Ata, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da DETENTORA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

14.6. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:





- 15.1. Entregar o(s) objeto(s) deste Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.
- 15.2. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.3. Paralisar, por determinação do ORGÃO GERENCIADOR, a entrega dos objetos que não estejam de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- 15.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
- 15.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos produtos.
- 15.6. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes desta ATA, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO GERENCIADOR;
- 15.7. A DETENTORA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ATA, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme o artigo 120 da Lei 14.133.
- 15.8. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo ORGÃO GERENCIADOR;
- 15.9. Colocar à disposição do ORGÃO GERENCIADOR todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
- 15.10. Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações dos materiais, objeto da licitação;
- 15.11. É obrigação da detentora de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.12. Executar a Ata responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;
- 15.13. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 15.14. Cumprir os prazos previstos na Ata ou outros que venham a ser fixados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- 15.15. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada na Ata, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando ÓRGÃO GERENCIADOR de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da DETENTORA;
- 15.16. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.
- 15.17. Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela DETENTORA, podendo-se comprovar por meio de indicação dos empregados e das condições de sua contratação e das funções desempenhadas.

16. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

- 16.1.** O Município de Pouso Alegre efetuará o pagamento em até 30 dias corridos após a prestação de serviço. Salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até haja a regularização das mesmas.
- 16.2.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.





16.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.4. O detentor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.5 O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

16.6 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

16.7. O ORGÃO GERENCIADOR fica obrigado a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

16.8. A todas as partes, deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal nº 5.706/2023, da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

17.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

17.1.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.6. Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do Ata;

17.1.9. Fraudar Licitação;

17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.11. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.12. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.





17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.3.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5 A 30% incidente sobre o valor do Ata licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 10% do valor do Ata licitado.

17.5. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8 a multa será de 10% do valor da Ata licitado.

17.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis conforme estabelece o art. 158. §1º da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





17.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

18.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, em conformidade com o artigo 15 da Lei 14.133/2021:

18.2. Deverá haver a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

18.3. Deverá ser indicada qual a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

18.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

18.5. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

18.5.1. Haverá um acréscimo de 10% sobre o valor exigido para o licitante individual, não se aplicando aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

18.6. A empresa consorciada estará impedida de participar de mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;

18.7. Os integrantes são responsáveis solidariamente pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;

18.8. Caso o licitante em consórcio seja o vencedor do certame, deverá promover, antes da celebração da ata/contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso firmado;

18.9. Poderá ser estabelecido limite máximo de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica;

18.10. Será permitida a substituição de consorciado, desde que expressamente autorizada pelo órgão contratante, estando a substituição condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

19 – REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Pouso Alegre/MG, 15 de abril de 2024.

**Secretário Municipal de Finanças
Silvestre Cândido de Sousa Turbino**

**Secretário de Gestão de Pessoas
Roberto Francisco dos Santos**

**Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Joel José de Faria**

**Secretária Municipal de Educação
Suelene Marcondes de Souza Faria**

**Superintendente de Esportes
Rooney Ferreira e Souza**

**Secretário Municipal de Trânsito e Transportes
Márcio Eli Barbosa Júnior**

**Chefe de Gabinete Interino e Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Renato Garcia de Oliveira Dias**

**Secretário de Desenvolvimento Econômico
José Carlos Costa**

**Secretária Municipal de Políticas Sociais
Marcela Reis Severino do Nascimento**

**Secretária Municipal de Saúde
Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo**

**Superintendente de Cultura
Regina Maria Franco A. de Brito**

**Secretária de Comunicação Social, Lazer e Turismo
Jaqueline Lima da Costa**





ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21, neste ato representado pelos **Chefe de Gabinete, Secretário Municipal de Finanças, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Secretário de Gestão de Pessoas, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretária Municipal de Políticas Sociais, Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Saúde, Superintendente de Esportes, Superintendente de Cultura, Secretário Municipal de Trânsito e Transportes e Secretária de Comunicação Social, Lazer e Turismo**, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portadora da Cédula de Identidade RG n.º M, nomeada pela Portaria nº, de , publicada em, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº, de, publicado em, **nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 , do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 , do Decreto Municipal nº 5599/2023 de 13 de março de 2023 , do Decreto municipal nº 5773 de 07 de dezembro de 2023, e as demais normas legais correlatas; em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 89/2024, resolve REGISTRAR OS PREÇOS** para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**,, portador da Cédula de Identidade RG n.º e devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, respeitando os termos do Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1. O objeto desta Ata é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG.

1.2. O valor total da Ata é de **R\$ XX (XX)**, divididos conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

XX

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Constituem-se participantes os seguintes órgãos:

- a) **CHEFIA DE GABINETE**
- b) **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
- c) **SECRETARIA DE DESENVILVIMENTO ECONÔMICO**
- d) **SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**
- e) **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE**
- f) **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**





- g) SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS**
- h) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
- i) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
- j) SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**
- k) SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA**
- l) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES**
- m) SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, LAZER E TURISMO**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso, de acordo com o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Pouso Alegre não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS PRESTADORES

5.1. A contratação com o prestador registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

5.2 A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

5.3 O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos art. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.5. O órgão convocará a prestadora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.6. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do prestador e aceita pela Administração.

5.7. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

5.8. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





5.9. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

5.10. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CONSORCIADOS

6.1. Os termos da permissão de participação em consórcio dar-se-ão nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis, assegurado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, nos casos e condições previstos no respectivo edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O recebimento dos objetos assim como sua fiscalização deverá seguir o exigido no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. São aplicáveis as sanções previstas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:

12.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2 Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12.1.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

12.2. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.1. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;

12.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

12.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem





negociação com vistas à alteração contratual;

12.5. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso;

12.5.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.5.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir obrigações contidas na ata, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.6. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.7. O registro do licitante vencedor também será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

12.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.

12.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

12.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.7.4. Por razão de interesse público.

12.7.5. Sofrer a sanção prevista no art. 156, III e/ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

12.8. Os cancelamentos de registros fundados nas hipóteses supracitadas serão formalizados por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

13.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**, da Lei Complementar no 123/06, e da Lei no 14.133/2021, subsidiariamente.

13.3. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Pouso Alegre – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.4. As despesas correspondentes à execução da ATA/contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA E/OU SECRETARIA
196	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	PRÓPRIO	02.003.000.0020.0605.0006.2008.33 3903000000000000.15000000000	MATERIAL DE CONSUMO	AGRICULTURA
247	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA	PRÓPRIO	02.005.2014.0004.0 122.0016.33390390 00000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	DES. ECONÔMICO
362	FUNDEB 30	FEDERAL	02.007.2058.0012.0361.0027.3.33.90.3 9.00 – VINCULO 15400000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	EDUCAÇÃO





333	GERAL	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2053.0012.0122.0026.3.33.90.3 9.00 – VINCULO 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
418	ENSINO	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2066.0012.0365.0027.3.33.90.3 9.00 – VINCULO 15000001001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
468	1.500	PRÓPRIO	02.008.0004.0123.0028.2087.33390300 00000000000	MATERIAL DE CONSUMO	FINANÇAS
144	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	PRÓPRIO	02.001.2000.0004.0122.0001. 33390300	MATERIAL DE CONSUMO	GABINETE
830	1500000	PRÓPRIO	0214.2189 004.122.0038 33390390	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	GES. PESSOAS
825	1500000	PRÓPRIO	0214.2189 004.122.0038 33390300	MATERIAL DE CONSUMO	
215	1500000	PRÓPRIO	02.004.2011.0004.0122 .0013.3339030000	MATERIAL DE CONSUMO	LAZER E TURISMO
303	1500000000	PRÓPRIO	02.006.000.0008.024 4.0025.2032.333903 9000000000000.150 00000000	APRIMORAMENTO ADMINISTRATIVO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	P. SOCIAIS
577	15000000000 - GERAL - Recursos não Vinculados de Impostos	PRÓPRIO	339030390000000000	Manutenção da Secretaria de Planejamento	PLANEJAMNETO
1511	150000	PRÓPRIO	02.012.000.0004.012 2.0035.2172.333903 0000000000000.150 00000000	MATERIAL DE CONSUMO	ESPORTES
1534	MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	FEDERAL	02.011.000.0010.0304.0002.2697.3339 0.30.00.26000000000	MATERIAL DE CONSUMO	SAÚDE
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.3339 0.30.00.16000000000	MATERIAL DE CONSUMO	
1689	MANTER O ORGÃO GESTOR DIVERSOS SETORES DA SAÚDE – TRANSPosição/ TRANSPARENCIA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0122.002.2650.33390 3000000000000.2621000000	MATERIAL DE CONSUMO	
748	MANTER AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA FOMENTAR ARRECADAÇÃO DA TAXA VISA	PRÓPRIO	02.011.000.0010.0304.0002.2114.3339 0.30.00.15010000000	MATERIAL DE CONSUMO	
653	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.3339 0.30.00.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	
601	MANTER O ORGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE		02.011.000.0010.0122.0002.2102.3339 03000000000000.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	





842	15000000000	PRÓPRIO	02.015.2193.0004.01 022.0001.3.33.90.30. 00	MATERIAL DE CONSUMO	TRANSITO
974	15000000000	PRÓPRIO	3339039330000000000	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	CULTURA

Pouso Alegre, XX de XX de 2024.

CHEFIA DE GABINETE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, LAZER E TURISMO

DETENTORA

45





ANEXO III

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

CONTRATADA:

Aos XX dias do mês de XX do ano de XX (XX), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na rua carijós, nº45.,Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21 neste ato representado pelos **Chefe de Gabinete, Secretário Municipal de Finanças, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Secretário de Gestão de Pessoas, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretária Municipal de Políticas Sociais, Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Saúde, Superintendente de Esportes, Superintendente de Cultura, Secretário Municipal de Trânsito e Transportes e Secretária de Comunicação Social, Lazer e Turismo** devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG nº M, nomeada pela Portaria no, de , publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n..... de....., publicada em; denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo **Sr.** portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 89/2024**, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A **CONTRATADA** somente prestará os serviços por meio de ordem de serviço emitida pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2. As despesas correspondentes correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA E/OU SECRETARIA
196	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	PRÓPRIO	02.003.000.0020.0605.0006.2008.333903000000000000.15000000000	MATERIAL DE CONSUMO	AGRICULTURA
247	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA	PRÓPRIO	02.005.2014.0004.0122.0016.333903900000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	DES. ECONÔMICO
362	FUNDEB 30	FEDERAL	02.007.2058.0012.0361.0027.3.33.90.39.00 – VINCULO 15400000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
333	GERAL	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2053.0012.0122.0026.3.33.90.39.00 – VINCULO 15000000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	EDUCAÇÃO





418	ENSINO	RECURSO PRÓPRIO	02.007.2066.0012.0365.0027.3.33.90.39.00 - VINCULO 15000001001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
468	1.500	PRÓPRIO	02.008.0004.0123.0028.2087.33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO	FINANÇAS
144	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	PRÓPRIO	02.001.2000.0004.0122.0001.33390300	MATERIAL DE CONSUMO	GABINETE
830	1500000	PRÓPRIO	0214.2189.004.122.0038.33390390	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	GES. PESSOAS
825	1500000	PRÓPRIO	0214.2189.004.122.0038.33390300	MATERIAL DE CONSUMO	
215	1500000	PRÓPRIO	02.004.2011.0004.0122.0013.3339030000	MATERIAL DE CONSUMO	LAZER E TURISMO
303	150000000000	PRÓPRIO	02.006.000.0008.024.4.0025.2032.333903.9000000000000.1500000000	APRIMORAMENTO ADMINISTRATIVO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	P. SOCIAIS
577	15000000000 - GERAL - Recursos não Vinculados de Impostos	PRÓPRIO	339033900000000000	Manutenção da Secretaria de Planejamento	PLANEJAMNETO
1511	150000	PRÓPRIO	02.012.000.0004.012.2.0035.2172.333903.0000000000000.1500000000	MATERIAL DE CONSUMO	ESPORTES
1534	MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	FEDERAL	02.011.000.0010.0304.0002.2697.33390.30.00.260000000000	MATERIAL DE CONSUMO	SAÚDE
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.33390.30.00.160000000000	MATERIAL DE CONSUMO	
1689	MANTER O ORGÃO GESTOR DIVERSOS SETORES DA SAÚDE - TRANSPosição/ TRANSPARENCIA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0122.002.2650.3339030.000000000000.262100000000	MATERIAL DE CONSUMO	
748	MANTER AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA FOMENTAR ARRECADAÇÃO DA TAXA VISA	PRÓPRIO	02.011.000.0010.0304.0002.2114.33390.30.00.150100000000	MATERIAL DE CONSUMO	
653	GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA		02.011.000.0010.0301.0002.2157.33390.30.00.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	
601	MANTER O ORGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE		02.011.000.0010.0122.0002.2102.333903.0000000000000.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO	
842	15000000000	PRÓPRIO	02.015.2193.0004.01.022.0001.3.33.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	TRANSITO
974	15000000000	PRÓPRIO	33390393300000000000	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	CULTURA

47
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/12/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p66ee57914dad2>



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO



3.1 O Contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

3.2. O objeto deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias CORRIDOS a partir do recebimento da ordem de fornecimento expedida pela Superintendência Municipal de Recursos Materiais.

3.3. O CONTRATANTE não aceitará ou receberá qualquer material com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao fornecedor efetuar as correções necessárias em prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação à detentora, sob pena de aplicação das sanções elencadas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ XX (XX)**, conforme proposta apresentada e tabela abaixo:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O Município de Pouso Alegre efetuará o pagamento em até 30 dias corridos após a prestação do serviço. Salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até haja a regularização das mesmas..

5.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

5.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

5.7. O CONTRATANTE fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

5.7.1. A todas as partes, deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal nº 5.706/2023, da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m)





divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

7.2. Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos produtos, objeto deste Termo;

7.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

7.5. Fiscalizar a execução da Ata, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

7.6. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 Entregar o(s) objeto(s) deste Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

8.2. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, a entrega dos objetos que não estejam de acordo com as especificações do Termo de Referência;

8.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos produtos.

8.6. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

8.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme o artigo 120 da Lei 14.133.

8.8. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo CONTRATANTE;

8.9. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

8.10. Cumprir os prazos estipulados no Contrato e as especificações dos materiais, objeto da licitação;





8.11. É obrigação da detentora de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.12. Executar a Ata responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

8.13. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

8.14. Cumprir os prazos previstos na Ata ou outros que venham a ser fixados pelo CONTRATANTE;

8.15. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

8.16. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.

8.17. Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATADA, podendo-se comprovar por meio de indicação dos empregados e das condições de sua contratação e das funções desempenhadas

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

9.1.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

9.1.9. Fraudar Licitação;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.11. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.12. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.





9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5 a 30% incidente sobre o valor do Ato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.5. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% do valor do Ato licitado.

9.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 a multa será de 10% do valor do Ato licitado.

9.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por





comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis conforme estabelece o art. 158. §1º da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido;

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

10.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL





13.1. O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decretos municipais, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e demais legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

14.1. A Fiscalização quanto a execução da ATA será efetuada por servidores do município, que deverão dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários. Serão os fiscais do contrato firmado(s), de acordo com o art. 117 da Lei 14.133/2021, os servidores a seguir indicados.

14.2 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I. - Fiscal Técnico do Contrato Titular – Paulo Edson Pereira, matrícula nº 20.125

II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente – Ana Beatriz Vilela, matrícula nº 22,711-02;

III. Fiscal Administrativo Titular – Alexandre Silva Mendes, matrícula nº 6131;

III.I. Fiscal Administrativo Suplente – Fernando César Pereira de Souza, matrícula 12817;

IV. Gestor do Contrato Titular – Henrique Aparecido de Oliveira Joia, matrícula nº 6119;

IV.I. Gestor do Contrato Suplente – Joyce Jardim Farias Silva, matrícula nº 23198;

14.3- Chefia de Gabinete:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular – Altieres de Abreu – Mat: 22663

II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente – Cristiane Alves de Almeida – Mat: 23282

III. Fiscal Administrativo Titular – Leda Maria Pereira Miguel – Mat: 23385

III.I. Fiscal Administrativo Suplente – Arielen Scodeler – Mat: 23471

IV. Gestor do Contrato Titular – Renato Garcia Oliveira Dias – Mat: 22655

14.4 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular - Taciana Teixeira Vitale – matrícula nº 22753-02;

II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente – Juliano Vicente – matrícula nº 12819-01

III. Fiscal Administrativo Titular – Suellen do Couto Machado – matrícula nº 17421-02;

III.I. Fiscal Administrativo Suplente – Cleber dos Santos Sousa – matrícula nº 23293-01;

IV. Gestor do Contrato Titular – Camila Carvalho Mendonça – matrícula nº 23073-02;

IV.I. Gestor do Contrato Suplente – Gilmar Villar Soares – matrícula nº 17841-01.

14.5. Secretaria Municipal de Educação:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular - Alexandre Fagundes Pereira – 22.169-02

II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente –

III. Fiscal Administrativo Titular – Francislaine Fernanda Alves de Araújo – Mat: 23.380-01

III.I. Fiscal Administrativo Suplente – Larissa Ferreira Silva – Mat: 23.489-01

IV. Gestor do Contrato Titular – Suelene Marcondes de Souza Faria – Mat: 14.257-02

IV.I. Gestor do Contrato Suplente – Evandro Carvalho Lopes – Mat: 21151-5

14.6. Secretaria Municipal de Finanças:





- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** - Dalmo Aparecido da Fraga - matrícula nº 8606
- II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Luiz Guilherme de Lima – matrícula nº 14.309
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Eduardo Pereira de Souza – matrícula nº 23410-01
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Giovana Paola de Faria – matrícula nº 23.266-2
- III. Gestor do Contrato Titular** – Renata Fabiana Barbosa - matrícula nº 8620
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Manoella Kahena Custódio – matrícula nº 230

14.7. Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Amaury Borges Fernandes, matrícula 14948-2
- II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Rebeqa Barbosa Ribeiro, Matrícula 22636-1
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Helen Patrícia Cristel Silva, Matrícula 13447-01.
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Camila Gomes de Freitas, Matrícula 15802-1
- III. Gestor do Contrato Titular** – Andressa Tenório Pinheiro, matrícula 12766-01.
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Nadine Silva Abs, matrícula 23291-01.

14.8. Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Aliander Silva Costa – Mat: 19129
- II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Vivian Carvalho Siqueira Barbosa – Mat: 169055
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Michel Julião Pinheiro De Paes – Mat:20330
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Angelo Wagner Ramos – Mat: 13945
- III. Gestor do Contrato Titular** – Renato Garcia De Oliveira Dias – Mat: 22655
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Thais Oliveira Ribeiro – Mat:23272

14.9. Secretaria Municipal de Políticas Sociais:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** -- Laerte Henrique Piza – Mat. 17.779
- II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Marina Ramalho Cobra Borges – Mat. 20.320
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Claudia Mendes da Silva – Mat. 6.336
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Patrícia Pereira Rosa – Mat. 21.257
- III. Gestor do Contrato Titular** – Wander Tadeu Rosa – Mat. 12.945-1
- III.I. Gestor do Contrato Suplente** – Ronan Mendes Rocha – Mat. 22.925

14.10. Secretaria Municipal de Saúde:

- I. Fiscal Técnico do Contrato Titular** – Waldir Ananias da Silva – Mat: 9812
- II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente** – Leandro Gonçalves, matrícula 196516
- II. Fiscal Administrativo Titular** – Sidney Anderi Teixeira, matrícula 23075-2
- II.I. Fiscal Administrativo Suplente** – Amanda de Souza Alves Rocha – MAT: 13806
- III. Gestor do Contrato Titular** – Delma Borges da Silva Santos – MAT: 23487





III.I. Gestor do Contrato Suplente – Elaine Aparecida Paiva – MAT: 17126

14.11. Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular - Amarildo Batista Fernandes – Matrícula 20972-2

II. Fiscal Administrativo Titular – Mônica Renata de Azevedo Pereira – Matrícula 8595-2

III. Gestor do Contrato Titular – Joyce Fernanda Alves Pinto – Matrícula 23604-1

III.I. Gestor do Contrato Suplente – Monique Soares Batista – Matrícula 21155-1

14.12 Secretaria Municipal de Comunicação Social, Lazer e Turismo:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular - Stephanie Maria Leite Bernardes - Matrícula 23249-01

II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente – Bruna Shayane Iwata Pereira Bonafé – Matrícula 23367-01

II. Fiscal Administrativo Titular – Stephanie de Paula Laurindo Barroso – Matrícula 22811-01

III. Fiscal Administrativo Suplente – Milaine Ferreira de Sousa – Matrícula 23552-1

III. Gestor do Contrato Titular – Jaqueline Lima da Costa – Matrícula 19608-04

III.I. Gestor do Contrato Suplente – Dejeane Mendes Faria de Toledo Santos – Matrícula 17303-04

14.13. Superintendência de Cultura:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular - Zuleima Kallás Andare Basic – Matrícula 19.600

II. Fiscal Administrativo Titular – Elaine Luísa de Faria – Matrícula 21.941

III. Gestor do Contrato Titular – José Ronildo Lopes Soares – Matrícula 19.601

14.14 Superintendência Municipal de Esportes:

I. Fiscal Técnico do Contrato Titular – Patrícia Marques de Carvalho – Mat - 23377

II. Fiscal Técnico do Contrato Suplente – Fabricio Lourenço Dantas Terra - Mat – 22.630

II. Fiscal Administrativo Titular – Fernanda Ayume Iwata Pereira – Mat -23605

III. Fiscal Administrativo Suplente – Antonio Carlos Moraes – Mat - 12.720

III. Gestor do Contrato Titular – Luiz Henrique Andrade Duarte - Mat- 21988

III.I. Gestor do Contrato Suplente – Maurício Boschi – Mat - 19688

14.15. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

14.16. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

14.17. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.18. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.19. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das





obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.20. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do CONTRATO, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.9. Fiscalização Técnica

14.20.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

14.20.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

14.20.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

14.20.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

14.20.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V). 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

14.21. Fiscalização Administrativa

14.21.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

14.21.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações do contrato, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

14.22. Gestor do contrato

14.22.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

14.22.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

14.22.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

14.22.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo detentor, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).





14.22.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

14.22.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

14.22.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

15.1. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade da **Chefia de Gabinete, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Municipal de Políticas Sociais, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Superintendência de Esportes, Superintendência de Cultura, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes e Secretaria de Comunicação Social, Lazer e Turismo.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DIREITO DAS PARTES

16.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.1333, de 01/04/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A Contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

17.2. Não poderá, ainda, subcontratar, total ou parcialmente, o objeto central do contrato, inclusive dos itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes. Para os demais serviços a subcontratação será admitida quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação do fiscal do contrato.

17.3. As subcontratações, caso autorizadas pelo Contratante, deverão se dar preferencialmente, junto às empresas que se enquadrem na condição de ME/EPP, conforme dispõe a Lei Complementar 123/2006 e o art. 4º da Lei nº 14.133/21.

17.4. Na ausência de empresas nessas condições - ME/EPP, a subcontratação poderá se dar de forma ampla.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

18.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Pouso Alegre/MG, XX de XX de 2024.

CONTRATADA

CONTRATANTE

